



# PARTE I

## ÓRGÃOS DE SOBERANIA

### MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Instituto de Acção Social das Forças Armadas

Repartição de Administração e Finanças

#### ANÚNCIO DE CONCURSO

##### SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

###### I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:  
Ministério da Defesa Nacional.  
Instituto de Acção Social das Forças Armadas.  
Repartição de Administração e Finanças.  
Endereço postal:  
Rua de Pedro Nunes, 8.  
Localidade:  
Lisboa.  
Código postal:  
1069-023.  
País:  
Portugal.  
Pontos de contacto:  
RAF/Administrativas.  
RIE/Técnicas.  
À atenção de:  
COR ADMIL Francisco Guerreiro Palma.  
Telefone:  
Telefone — 213194626 (RAF/Administrativas).  
Telefone — 213478198/9 (RIE/Técnicas).  
Correio electrónico:  
francisco.palma@iasfa.pt OU rie@iasfa.pt  
Fax:  
Fax — 213562595.  
Endereços internet:  
Endereço geral da entidade adjudicante:  
www.iasfa.pt  
Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:  
Ver «pontos de contacto».  
Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:  
Ver «pontos de contacto».  
As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:  
Ver «pontos de contacto».

###### I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Organismo de direito público.  
Defesa.  
A entidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudicantes:  
Não.

##### SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

###### II.1) DESCRIÇÃO

**II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:**  
Concurso público n.º 1/2007 — PM 160I/Oeiras — ampliação e adaptação do Pavilhão Calouste Gulbenkian — 2.ª fase.  
**II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:**  
a) Obras:  
Execução.  
Principal local de execução, de entrega ou da prestação dos serviços:  
Rua de Piedade Franco Rodrigues, 1 — Oeiras.  
Código NUTS: PT171.  
**II.1.3) O anúncio implica:**  
Um contrato público.  
**II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:**  
Edificar um «corpo novo» de edifício articulado com o antigo através da escada existente e trabalhos no «corpo existente» que não puderam ser realizados na 1.ª fase.  
**II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):**  
Objecto principal.

Vocabulário principal: 45210000.

Vocabulário complementar: E009.

**II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?**

Não.

**II.1.8) Divisão em lotes:**

Não.

**II.1.9) São aceites variantes:**

Não.

###### II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONTRATO

**II.2.1) Quantidade ou extensão total:**

Valor estimado, sem IVA: 380 000,00.

Divisa: euro.

**II.2.2) Opções:**

Não.

###### II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO PARA A SUA EXECUÇÃO

Período em dias: 180 (a contar da data de adjudicação).

##### SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

###### III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

**III.1.1) Cauções e garantias exigidas:**

5% do valor do contrato, com exclusão do IVA, a prestar no momento da adjudicação.

**III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam:**

A empreitada é financiada pelo Ministério da Defesa Nacional — Instituto de Acção Social das Forças Armadas. Empreitada por preço global.

**III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:**

Qualquer modalidade jurídica que garanta a responsabilidade solidária de cada empresa, perante o adjudicante, pelo pontual cumprimento das obrigações emergentes do contrato.

**III.1.4) Existem outras condições especiais a que está sujeita a execução do contrato:**

Não.

###### III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**III.2.1) Situação pessoal dos operadores económicos, nomeadamente requisitos em matéria de inscrição nos registos profissionais ou comerciais:**

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

a) Os titulares de alvará, emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI) com as seguintes autorizações: 5.ª subcategoria da 1.ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta e as 4.ª, 5.ª e 8.ª subcategorias da 1.ª categoria, as 1.ª, 10.ª e 12.ª subcategorias da 4.ª categoria e 1.ª subcategoria da 5.ª categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem, sem prejuízo do recurso à faculdade conferida no n.º 6.3 do programa do concurso.

b) São ainda admitidos a concurso, os titulares de alvará de empreiteiro geral ou construtor geral da 1.ª categoria (edifícios de construção tradicional) em classe que cubra ao valor total de obra, sem prejuízo da apresentação obrigatória, no momento da celebração do contrato, dos alvarás dos eventuais subempreiteiros que contenham as autorizações em classe para as subcategorias exigidas.

**III.2.2) Capacidade económica e financeira:**

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

Os indicados no n.º 4 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, sem prejuízo do disposto nos artigos 68.º e 69.º do mesmo diploma. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 70.º do referido Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, os concorrentes deverão apresentar ainda os documentos conforme indicado nos artigos 15.º e 16.º do programa de concurso.

**III.2.3) Capacidade técnica:**

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

Os indicados no n.º 5 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, sem prejuízo nos artigos 68.º e 69.º do mesmo diploma.

##### SECÇÃO IV: PROCESSO

###### IV.1) TIPO DE PROCESSO

**IV.1.1) Tipo de processo:**

Concurso público.

###### IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

**IV.2.1) Critérios de adjudicação:**

Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta:

Os critérios enunciados no caderno de encargos, no convite à apresentação de propostas ou para participar na negociação ou na memória descritiva.

###### IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

**IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:**  
Concurso público n.º 1/2007.

**IV.3.2) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto:**

Não.

**IV.3.3) Condições para obtenção do caderno de encargos e dos documentos complementares ou memória descritiva:**

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou para aceder aos documentos:

Data: 12/10/2007.

Hora: 16.

Documentos a título oneroso:

Sim.

Indicar preço: 50.

Divisa: euro.

Condições e modo de pagamento:

Os processos são fornecidos na Secção de Expediente e Arquivo/RAF/IASFA, após pedido por escrito, conforme local indicado em 01 (1.º andar), em suporte informático mediante o pagamento em dinheiro, cheque ou vale postal na tesouraria da RAF/IASFA.

**IV.3.4) Prazos de recepção das propostas ou dos pedidos de participação:**

Data: 16/10/2007.

Hora: 17.

**IV.3.6) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação:**

PT.

**IV.3.7) Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta:**

Período em dias: 66 (a contar da data limite para a recepção das propostas).

**IV.3.8) Condições de abertura das propostas:**

Data: 17/10/2007.

Hora: 15.

Lugar: IASFA/SEDE — Rua de Pedro Nunes, 8, em Lisboa.

Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas:

Sim.

Só poderão intervir no acto do concurso as pessoas que, para o efeito, estiverem devidamente credenciadas pelos concorrentes.

**SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO:** 04/09/2007.4 de Setembro de 2007. — O Chefe da RAF/IASFA, *Francisco Guerreiro Palma*, COR ADMIL.

2611046118

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE,  
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL****Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional de Lisboa e Vale do Tejo****ANÚNCIO DE CONCURSO**Obras Fornecimentos Serviços 

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

NÃO  SIM **SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE****I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

Organismo Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	À atenção de
Endereço Rua de Artilharia Um, 33	Código postal 1269-145
Localidade/Cidade Lisboa	País Portugal
Telefone 213837100	Fax 213831292
Correio electrónico geral@ccdr-lvt.pt	Endereço Internet (URL) http://www.ccdr-lvt.pt

**I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS**Indicado em I.1  Se distinto, ver anexo A**I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO**Indicado em I.1  Se distinto, ver anexo A**I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO**Indicado em I.1  Se distinto, ver anexo A**I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE**

Governo central  Instituição Europeia   
 Autoridade regional/local  Organismo de direito público  Outro

**SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO****II.1) DESCRIÇÃO****II.1.2) Tipo de contrato de fornecimentos**

Compra  Locação  Locação financeira  Locação-venda   
 Combinação dos anteriores

**II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro?**NÃO  SIM **II.1.6) Descrição/objecto do concurso**

Fornecimento de projecto de sinalética interna e sua execução para as instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo sitas na Rua de Artilharia Um, 33, e na Rua de Braamcamp, 7, ambas em Lisboa.

**II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços**

Sede da CCDRLVT, Rua de Artilharia Um, 33, 1269-145 Lisboa.

**II.1.9) Divisão em lotes**NÃO  SIM 

Indicar se se podem apresentar propostas para:

um lote  vários lotes  todos os lotes **II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO**Prazo em dias  a partir da decisão de adjudicação (para fornecimentos e serviços)**SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO****III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO****III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços**

É admissível a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deverá assumir a forma de consórcio externo, depois de lhe ser notificada a adjudicação e antes da celebração do contrato.

**III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO****III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida**

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e demonstrem capacidade técnica e financeira para concepção e execução do fornecimento pretendido nos termos e condições previstas nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.

**III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos**

Ponto 1 do artigo 11.º do programa de concurso.

**III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos**

Ponto 2 do artigo 11.º do programa de concurso.

**III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos**

Ponto 3 do artigo 11.º do programa de concurso.

**SECÇÃO IV: PROCESSOS****IV.1) TIPO DE PROCESSO**Concurso público **IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO**B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta 

B1) Os critérios a seguir indicados

Qualidade técnica, entendida nas componentes adequabilidade aos objectivos, inovação flexibilidade e durabilidade — 50%;

Preço — 30%;

Prazo — 20%.

Por ordem decrescente de importância NÃO  SIM **IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO****IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante** Concurso público CCDRLVT n.º 3/2007.**IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais** dias a contar da publicação do anúncio no *Diário da República*.

Custo: 25 euros, IVA não incluído. Moeda: euro.